

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Educação antirracista o ano todo

Anti-racism education all year round

 Kelly Cristina da Silva Francisco *
Camila Lopes Martins Miranda **
Deijami de Alcântara Coelho ***

Resumo: Este relato de experiência tem como objetivo apresentar o projeto *Educação Antirracista o Ano Todo*, detalhando as suas características, as ações realizadas e seus impactos na abordagem das questões étnico-raciais no ambiente escolar das unidades escolares da CRE Recanto das Emas. O método adotado incluiu uma abordagem qualitativa, com mapeamento de práticas pedagógicas, aplicação de questionários, realização de rodas de conversa e organização de fóruns e formações, permitindo a coleta e análise de dados descritivos sobre a implementação de práticas antirracistas. As principais abordagens do projeto incluem a capacitação de professores para identificar e combater o racismo, a elaboração de planos de aula inclusivos e o fortalecimento da comunidade escolar por meio de ações colaborativas e contínuas. Entre os desafios enfrentados, destacaram-se a adequação das práticas pedagógicas às realidades locais e a formação insuficiente dos docentes, superados por meio de parcerias estratégicas e do engajamento coletivo. Os resultados iniciais indicam avanços no fortalecimento de práticas inclusivas e na conscientização docente sobre a importância da educação antirracista.

Palavras-chave: Educação afro-centrada. Relações étnico-raciais. Formação continuada. Reconhecimento. Diversidade. Coalizão.

Abstract: The All Year-Round Anti-Racist Education Project aims to tackle structural and institutional racism in schools, fostering an education based on racial equity and the appreciation of ethnic-racial diversity, in line with Law No. 10.639/03. The methodology adopted included a qualitative approach involving the mapping of pedagogical practices, the application of questionnaires, the facilitation of discussion circles, and the organization of forums and training sessions, allowing for the collection and analysis of descriptive data on the implementation of anti-racist practices. The project's main strategies focused on teacher training to identify and combat racism, the development of inclusive lesson plans, and strengthening the school community through collaborative and continuous actions. Key challenges included adapting pedagogical practices to local realities and addressing teachers' insufficient training, which were mitigated through strategic partnerships and collective engagement. Initial results demonstrate progress in fostering inclusive practices and raising awareness among educators about the importance of anti-racist education.

Keywords: Ethnic-racial relations. Professional development. Recognition. coalition.

* Graduada em História pela Universidade de Brasília. Especialista em Educação à Distância, Universidade Claretiano, Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Brasília, professora de História na SEDF e atualmente Coordenadora Intermediária de Anos Finais na CRE do Recanto das Emas. Contato: kelly.francisco@se.df.gov.br

** Graduada em Letras Português e Respectivas Literaturas, Faculdade Jesus Maria José (FAJESU), professora de Língua Portuguesa na SEDF e atualmente Coordenadora Intermediária de Anos Finais na CRE do Recanto das Emas. Contato: camila.martins@se.df.gov.br

*** Graduada em Letras Português e Espanhol e Respectivas Literaturas, Centro de Ensino Universitário de Brasília - CEUB, professora de Língua Portuguesa na SEDF e atualmente atuando como Assessora Pedagógica na CRE Recanto das Emas. Contato: dejia.alcantara@gmail.com

Introdução

Após vinte anos da promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 2003) tornando obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos de educação, é fato que a referida Lei ainda não se efetivou amplamente dentro das unidades escolares.

Ao incluir o dia 20 de novembro no calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra, a data transformou-se em um evento festivo, com pouca ou nenhuma reflexão sobre seu significado, envolvendo um número reduzido de práticas educativas que realmente valorize a cultura africana e que busque promover estratégias de combate ao racismo que persiste em permear as estruturas sociais do nosso país.

Isso se deve a um conjunto de fatores que extrapolam os muros das escolas, passando desde uma resistência institucional e cultural, a uma formação insuficiente de professores para abordar a temática de modo efetivo, aliado a um currículo que, muitas vezes, é construído de maneira eurocêntrica e a fatores sociais como o racismo estrutural.

De acordo com Silvio Almeida (2019), é uma engrenagem fundamental na manutenção das desigualdades sociais, configurando-se uma forma de organização da sociedade que perpetua a hierarquia racial, sendo, portanto, um sistema que permeia as relações sociais, políticas e econômicas. Não estando a educação imune de sofrer influência direta desse sistema.

O racismo estrutural se difere de outras formas de racismo, como o individual e o institucional. O autor enfatiza que, enquanto o racismo individual está ligado a atitudes e comportamentos de pessoas específicas, o racismo institucional se refere às práticas discriminatórias de organizações; o racismo estrutural é mais profundo. Ele está presente nas próprias bases da sociedade, moldando as relações de poder e as oportunidades de forma que favoreça sistematicamente os brancos em detrimento das pessoas negras (Almeida, 2019).

Paulo Freire (2019) escreve uma relação de opressão que se caracteriza por uma profunda desigualdade de poder. Os opressores são aqueles que detêm o poder e os recursos, enquanto os oprimidos são os que são subordinados e explorados. O autor vê essa relação como uma dinâmica desumanizadora, em que os oprimidos são tratados como objetos em vez de sujeitos com plena dignidade e potencial.

Paulo Freire (2019) destaca ainda que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada por meio da conscientização crítica, uma vez que os oprimidos se reconhecem enquanto sujeitos históricos capazes de transformar a realidade. É preciso desenvolver uma prática pedagógica que empodere os oprimidos, ajudando-os a perceber suas próprias condições e a lutar pela libertação.

Assim, dar voz ao professor e ao estudante negro é o caminho para se construir uma educação que valorize as contribuições históricas e culturais dos grupos étnicos que foram historicamente marginalizados.

Gomes (2003) argumenta que a educação antirracista deve ser uma prática contínua e integral, não restrita a datas ou eventos específicos. Ela defende a incorporação dessa perspectiva no currículo escolar, nas relações pedagógicas e na formação de professores. Defende ainda que o racismo estrutural afeta a educação e destaca a importância de que esta se reconheça e valorize as identidades negras e indígenas, combatendo preconceitos e estereótipos.

Desse modo, este relato de experiência tem como objetivo apresentar o projeto *Educação Antirracista o Ano Todo*, detalhando suas características, as ações realizadas e seus impactos na abordagem das questões étnico-raciais no ambiente escolar das unidades escolares da CRE Recanto das Emas. Além disso, busca-se discutir os desafios enfrentados ao longo de sua execução e avaliar os resultados alcançados, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a equidade racial.

Metodologia

O presente relato foi construído com base em uma abordagem qualitativa, priorizando a coleta e análise de dados descritivos sobre as práticas pedagógicas e ações implementadas no âmbito do projeto *Educação Antirracista o Ano Todo*. Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- ✓ Depoimentos das professoras organizadoras do projeto: as principais organizadoras do projeto foram entrevistadas por meio de depoimentos semiestruturados, abordando os objetivos, os desafios enfrentados e as percepções sobre os resultados obtidos. Essa técnica possibilitou compreender as motivações e estratégias por trás das atividades realizadas, alinhando-se à perspectiva de Paulo Freire (1996), que valoriza a escuta ativa como parte fundamental do processo educativo.
- ✓ Aplicação de questionários de sondagem: antes do início das atividades, foram aplicados questionários de sondagem junto às equipes escolares participantes, com o objetivo de identificar as práticas antirracistas já existentes e as demandas específicas das unidades escolares. Essa etapa visou mapear o contexto inicial das escolas, garantindo que as ações fossem adequadas às realidades locais, conforme recomenda Munanga (2020) sobre a importância de diagnósticos prévios no combate ao racismo estrutural.

- ✓ Questionários de avaliação dos eventos realizados: após a execução dos eventos, foram aplicados questionários avaliativos para medir a percepção dos participantes sobre os conteúdos abordados, a relevância dos debates e a aplicabilidade das estratégias discutidas. Essa etapa foi essencial para aferir o impacto das ações e identificar pontos de melhoria, seguindo a metodologia proposta por Triviños (1987), que valoriza a avaliação contínua em processos educativos.
- ✓ Rodas de conversa: foram realizadas durante os eventos e compostas por gestores e professores de unidades escolares que já desenvolviam práticas voltadas para a educação antirracista. A seleção dos participantes foi estruturada a partir dos dados obtidos nos questionários de sondagem, assegurando que o grupo representasse experiências diversas e relevantes para o contexto do projeto. Essa metodologia, descrita por Freire (2019) como um espaço de diálogo horizontal, possibilitou a troca de experiências e a construção coletiva de soluções práticas para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Durante as rodas de conversa, foram discutidos os desafios encontrados, as estratégias implementadas e os resultados obtidos, promovendo um ambiente colaborativo e reflexivo entre os participantes.
- ✓ Depoimentos de convidados: representantes de instituições parceiras, como OAB-DF, Defensoria Pública e Conselho Tutelar, foram convidados a participar dos eventos e a compartilhar suas percepções por meio de depoimentos. Essas contribuições ampliaram a perspectiva do relato, integrando saberes diversos e reforçando o compromisso interinstitucional com a educação antirracista.

A combinação dessas técnicas de coleta de dados garantiu uma abordagem abrangente e participativa, permitindo que o relato refletisse de maneira fidedigna os desafios, avanços e aprendizados proporcionados pelo projeto. Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva, contextualizando-os dentro do referencial teórico que embasa a educação antirracista e a pedagogia dialógica.

Para a análise das informações obtidas, os dados foram organizados e categorizados em unidades temáticas. Esse processo permitiu uma interpretação sistemática e estruturada, facilitando a identificação de padrões, tendências e aspectos relevantes para o contexto do estudo. A categorização temática possibilita uma análise aprofundada dos conteúdos, conforme preconiza Bardin (2011), ao destacar a importância de delimitar e sistematizar os dados em categorias para melhor compreensão e interpretação.

Achados e discussão

Os dados foram organizados em categorias temáticas, permitindo uma análise sistemática e estruturada. Esse processo facilitou a identificação de padrões, tendências e aspectos relevantes para o contexto do estudo.

Organização e planejamento

Desde 2019, a Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas realiza o *Seminário da Consciência Negra*, que tem se consolidado como um evento de grande relevância para a comunidade escolar local. Desde a primeira edição, realizada em novembro, o seminário tem contado com significativa adesão de professores e gestores, que, em sua maioria, já desenvolvem práticas pedagógicas com uma perspectiva afro-centrada. Essas ações refletem o compromisso em valorizar a cultura afro-brasileira e combater o racismo no ambiente escolar.

A escolha por abordar a temática da consciência negra é respaldada pela importância de reconhecer e valorizar as contribuições das culturas africanas e afro-brasileiras na construção da identidade nacional, conforme destaca Gomes (2019). A autora enfatiza que a educação para as relações étnico-raciais deve ser uma prática cotidiana nas escolas, especialmente em contextos onde o público atendido é majoritariamente negro. No caso do Recanto das Emas, a cidade é composta por uma população que aproximadamente 67% dos moradores se autodeclararam pretos ou pardos, segundo dados da CODEPLAN (2021). Essa demografia reforça a necessidade de implementar ações que promovam o reconhecimento e o fortalecimento da identidade racial dos estudantes, como forma de combater o racismo estrutural e institucional que permeiam a sociedade brasileira (Almeida, 2019).

O *Seminário da Consciência Negra* tem se destacado também pela participação de convidados reconhecidos como autoridades no estudo das relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e educação para a diversidade. Essas vozes contribuem para fomentar reflexões críticas e propor estratégias pedagógicas inclusivas que respondam às demandas de uma população escolar diversa. Nesse sentido, Munanga (2020) destaca que a construção de uma sociedade mais equitativa passa pela promoção de uma educação que valorize a diversidade cultural e enfrente o racismo de forma sistemática.

Em março de 2024, com o objetivo de ampliar o impacto das ações, foi lançada a proposta do projeto *Educação Antirracista o Ano Todo*. Esse projeto tem como finalidade desenvolver um conjunto de ações educativas voltadas ao combate ao racismo, à promoção da equidade e ao fortalecimento das identidades dos estudantes e profissionais das escolas da região. A iniciativa busca

consolidar uma prática educativa democrática e inclusiva, que reconheça na diversidade uma oportunidade de ampliar horizontes culturais e acadêmicos, conforme a pedagogia dialógica de Freire (1996), que valoriza a inclusão e a construção coletiva do conhecimento.

O projeto *Educação Antirracista o Ano Todo* também tem como objetivo fortalecer o empoderamento e a autoestima da comunidade escolar, promovendo valores de respeito, reconhecimento e orgulho da herança cultural afro-brasileira. Como afirmam Schucman e Mello (2020), ações educativas que se dedicam ao fortalecimento identitário e à valorização das culturas negras são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e para o enfrentamento das desigualdades históricas que ainda marcam o Brasil.

Com o intuito de desenvolver ações que transcendessem a abordagem tradicionalmente restrita ao mês de novembro, o projeto *Educação Antirracista o Ano Todo* buscou a implementação de atividades ao longo de todo o ano letivo. As ações visaram não apenas mapear e valorizar as práticas educativas já existentes nas unidades escolares, mas também incentivar o desenvolvimento de novas abordagens que promovessem o combate ao racismo e a valorização das relações étnico-raciais. Segundo Gomes (2019), a educação antirracista deve ser uma prática contínua e cotidiana, e não um evento isolado, para que se possa efetivamente transformar as realidades escolares e sociais.

Para garantir que essas ações tivessem um impacto direto no fazer pedagógico das escolas, foi formado um grupo de trabalho composto por professores comprometidos com a construção de uma educação inclusiva, que defenda a diversidade e valorize a cultura afro-brasileira. De acordo com Freire (1996), é fundamental que os educadores se envolvam ativamente em processos que visem transformar a realidade educacional, atuando não só como transmissores de conteúdos, mas também como agentes de mudança social.

Esse grupo de trabalho teve um papel crucial na criação e implementação das rodas de conversa, que se configuraram como um espaço de diálogo entre docentes e gestores escolares. Essas rodas de conversa, com base nas reflexões e questões levantadas no contexto das escolas, permitiram que as fragilidades identificadas nas práticas pedagógicas fossem transformadas em ações que atendem às necessidades específicas de cada unidade escolar. Segundo Triviños (1987), a construção de práticas pedagógicas eficazes exige um processo reflexivo e participativo, em que as vozes de todos os envolvidos são ouvidas, criando um ambiente de aprendizagem colaborativa.

As rodas de conversa se tornaram um instrumento fundamental para o sucesso do projeto, permitindo que gestores e educadores compartilhassem experiências,

Figura 1 – Arte do projeto *Educação Antirracista o ano todo*



Fonte: Template elaborado no Canva, 2024.

discutissem desafios e estabelecessem estratégias conjuntas de enfrentamento ao racismo e à discriminação nas escolas. Munanga (2020) destaca que a criação de espaços de diálogo é essencial para promover a construção de uma identidade racial positiva, além de proporcionar a reflexão sobre as dinâmicas de poder e a implementação de práticas pedagógicas que efetivamente enfrentem as desigualdades.

Esses momentos de troca e reflexão foram decisivos para garantir a efetividade das ações do projeto, pois permitiram aos envolvidos não apenas entender as realidades das unidades escolares, mas também olhar além daquilo que já era conhecido, considerando novas possibilidades de intervenção e transformação.

A primeira ação do projeto *Educação Antirracista o Ano Todo* consistiu no mapeamento de práticas educativas antirracistas que já estavam em desenvolvimento no cotidiano das unidades escolares. Essa etapa inicial revelou um desafio significativo: muitas unidades escolares não conseguiam identificar se estavam implementando práticas educativas voltadas para o combate ao racismo. Em alguns casos, mesmo quando práticas antirracistas eram reconhecidas, elas eram vistas como iniciativas isoladas de professores específicos, sem um vínculo com a identidade institucional da escola. Esse cenário reflete a constatação de que, embora o tema seja reconhecido por alguns educadores, ele não está sistematizado de forma a integrar as práticas pedagógicas de modo contínuo e estruturado (Gomes, 2019).

O formulário utilizado para o mapeamento foi uma ferramenta essencial para a coleta de informações sobre as práticas educativas. De acordo com Lück (2013), a utilização de questionários e formulários na pesquisa educacional permite que se obtenham dados

amplamente representativos, facilitando a identificação de lacunas e necessidades nas práticas pedagógicas. Nesse caso, o formulário funcionou como um relato individual dos professores, possibilitando que eles expressassem o reconhecimento da importância do tema antirracista, mesmo que não tivessem ações sistemáticas implementadas nas escolas. Essa abordagem promoveu uma visão mais detalhada e genuína da realidade de cada unidade escolar, revelando tanto avanços quanto desafios na implementação de uma educação antirracista.

O objetivo inicial do formulário foi identificar práticas que pudessem ser sistematizadas e compiladas em um *Caderno-Guia de Práticas Educativas* com o intuito de fornecer aos educadores diretrizes claras para o desenvolvimento de ações pedagógicas antirracistas ao longo do ano letivo. A análise dos dados coletados revelou que, de um total de 38 profissionais que responderam ao formulário, sete práticas foram identificadas como já sistematizadas e prontas para serem compartilhadas com outras unidades escolares. Essas práticas servirão de inspiração e modelo para os professores de diferentes contextos educacionais, como propõe Silva (2016), ao destacar a importância de se criar redes de troca de experiências pedagógicas que visem à transformação social.

No entanto, as respostas também indicaram que, apesar do reconhecimento da importância do tema, as práticas de educação antirracista ainda são majoritariamente concentradas no mês de novembro, com ações pontuais ocorrendo ao longo do ano. Esse dado reforça a necessidade de uma abordagem mais sistemática e contínua, conforme defendido por Nascimento (2020), que argumenta que o combate ao racismo deve ser uma prática constante, não restrita a datas comemorativas. Além disso, observou-se que 51% dos profissionais que responderam ao formulário atuam nas áreas de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) e Códigos e Linguagens (Língua Portuguesa e Artes), o que evidencia a concentração do ensino de temas relacionados às relações étnico-raciais nessas disciplinas. Isso sugere que, apesar da implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, as questões étnico-raciais ainda não estão amplamente integradas a todo o currículo escolar (Klein, 2015).

Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas e estratégias pedagógicas que promovam a integração das questões étnico-raciais em todas as disciplinas, criando uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista, conforme defendem autores como Gomes (2019) e Munanga (2020).

I Fórum de Educação Antirracista da Coordenação Regional de Ensino (CRE) do Recanto das Emas

A segunda ação implementada pelo projeto *Educação Antirracista o Ano Todo* foi a realização do I Fórum de Educação Antirracista da Coordenação Regional de Ensino (CRE) do Recanto das Emas, ocorrido no dia 5 de junho de 2024. Com o objetivo de compartilhar práticas pedagógicas mapeadas na etapa inicial do projeto, o evento buscou inspirar e incentivar outras unidades escolares a desenvolverem iniciativas próprias voltadas para a educação antirracista. Além disso, o fórum marcou o lançamento oficial do projeto, contando com ampla participação de autoridades políticas, educacionais e representantes da comunidade escolar.

Entre os participantes, destacaram-se o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Fábio Félix, além de representantes da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação, da SUBEB e da DSADHD. A abertura do evento contou com uma apresentação teatral realizada pela Companhia Formigueiro de Teatro, dirigida por Tiago Borges Leal, professor de arte e ex-aluno da rede pública. O espetáculo, intitulado *Sabe por que tu não deu bola?*, abordou questões de representatividade negra e trouxe uma perspectiva artística sobre as relações étnico-raciais na educação.

O fórum reuniu aproximadamente 250 professores por turno, representando todas as unidades escolares da CRE, evidenciando um interesse significativo nas temáticas abordadas. Embora a adesão massiva não necessariamente signifique engajamento pleno nos objetivos do projeto, a presença de representantes de todas as escolas reforçou a viabilidade de ampliar a mobilização docente para a causa antirracista. Freire (1996) ressalta que espaços de diálogo coletivo, como os promovidos pelo fórum, são essenciais para a conscientização e a transformação das práticas pedagógicas, permitindo que educadores reconheçam seu papel na construção de uma sociedade mais equitativa.

O evento também foi palco para o compartilhamento de práticas pedagógicas exitosas, apresentadas por educadoras como Sandra Amélia (UNISS), Clébia Ferreira Cruz (CED 308), Fabíola da Costa Farias (JI 603) e Juliana Soares (CEF 113). Cada profissional trouxe relatos de experiências práticas, demonstrando como a integração da perspectiva antirracista pode transformar o cotidiano escolar. Essa troca de saberes é fundamental, conforme argumenta Gomes (2003), para consolidar uma educação que promova o reconhecimento e a valorização das identidades raciais.

Um destaque do fórum foi a contribuição da professora e mestre Ildete Batista, militante do Movimento Negro e atuante na UNIEB da Coordenação Regional do Gama. Em sua apresentação, Ildete enfatizou a importância de educadores se tornarem agentes antirracistas em suas práticas pedagógicas, reforçando a necessidade de ações contínuas e estruturais no combate ao racismo. Sua fala também trouxe uma reflexão crítica baseada na pedagogia de Paulo Freire (2019), que defende a construção de uma educação emancipatória, capaz de libertar os sujeitos de opressões históricas.

A realização do fórum reafirmou a relevância do projeto *Educação Antirracista o Ano Todo* ao promover uma rede colaborativa de educadores comprometidos com a transformação do ambiente escolar. Munanga (2020) aponta que iniciativas desse tipo, que priorizam o fortalecimento de identidades raciais e o enfrentamento ao racismo estrutural, são cruciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Circuito de Formação Antirracista

O projeto *Educação Antirracista o Ano Todo* desenvolveu o *Circuito de Formação Antirracista*, uma ação voltada à capacitação de professores para identificar, compreender e combater o racismo em suas múltiplas formas no ambiente escolar. O objetivo central da iniciativa era promover nos educadores uma compreensão teórica e prática sobre as dinâmicas do racismo estrutural, institucional e cultural, oferecendo ferramentas pedagógicas para fomentar a inclusão, a equidade e o respeito à diversidade racial. Essa abordagem dialoga com os pressupostos da Lei nº 10.639/2003, que obriga a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, reconhecendo a importância da educação como um espaço para o enfrentamento das desigualdades raciais e a construção de uma sociedade mais justa.

O racismo estrutural, como destaca Almeida (2019), é uma das principais barreiras enfrentadas em instituições educacionais, sendo necessário compreendê-lo como um fenômeno sistemático e enraizado nas estruturas de poder. Essa perspectiva foi fundamental para moldar o *Circuito de Formação Antirracista*, que buscou capacitar os docentes para reconhecer e desafiar preconceitos, incluindo aqueles inconscientes, que muitas vezes se manifestam nas práticas pedagógicas e na gestão escolar. Além disso, os encontros visaram auxiliar os professores na formulação de estratégias concretas para combater as desigualdades raciais no cotidiano das salas de aula.

A realização do Circuito, entretanto, revelou desafios logísticos e estruturais. Entre as dificuldades encontradas estavam a necessidade de alinhar as demandas das escolas participantes com os objetivos do projeto, a adequação dos calendários escolares e a disponibilidade de formadores com experiência acadêmica e vivência prática no enfrentamento ao racismo. Formadores com repertório consistente e sensibilidade para abordar as questões étnico-raciais em diálogo com os professores eram essenciais para o sucesso das formações. Essa demanda por especialistas reflete o que Oliveira e Candau (2010) identificam como um dos entraves centrais na implementação de políticas educacionais voltadas para a diversidade: a formação inicial e continuada insuficiente dos profissionais da educação.

Para superar esses desafios, o projeto estabeleceu parcerias estratégicas. O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO/DF), por meio do *Circuito Permanente de Debates Antirracistas*, contribuiu com especialistas que possuem profundo conhecimento sobre a realidade das escolas públicas locais. Entre os formadores, destacaram-se referências do movimento negro educacional, como os professores Carlos Fernandez e Márcia Gilda, reconhecidos por sua atuação na Secretaria de Raça e Sexualidade da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Outro apoio significativo veio da Comissão de Igualdade Racial da OAB-DF, liderada pelo Dr. Beethoven Nascimento de Andrade e pela Dra. Patrícia Guimarães, que articulou a participação de membros qualificados da comissão.

O processo de implementação do Circuito enfrentou ainda desafios internos nas unidades escolares e na Coordenação Regional de Ensino, especialmente em relação ao planejamento do calendário. Apesar disso, a cooperação das escolas foi decisiva para a viabilização das formações, com adaptações de agendas internas para garantir a realização dos encontros entre agosto e setembro. Esses esforços evidenciam o compromisso das instituições em priorizar a temática antirracista, mesmo diante de agendas concorrentes, como a realização de outros projetos pedagógicos, como o Plenarinho e o Circuito de Ciências.

A experiência do *Circuito de Formação Antirracista* reafirma a relevância de uma educação crítica e comprometida com a promoção da equidade racial. Conforme Freire (1996), a educação deve ser um ato político, capaz de transformar a realidade social por meio da conscientização e do engajamento coletivo. Nesse sentido, ações como as promovidas pelo projeto *Educação Antirracista o Ano Todo* são fundamentais para avançar na construção de práticas educacionais que enfrentem o racismo de forma efetiva e contribuam para uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Quadro 1 - Participação e temáticas abordadas nas formações do Circuito

Etapa	Quantitativo de professores que participaram do circuito de formação	Carga horária	Temas
Educação Infantil	119 professores	4 horas	Compreensão de conceitos básicos para uma educação antirracista: história do racismo e suas implicações sociais e educacionais. Representatividade no material didático: análise crítica e seleção de material didático que represente a diversidade étnico-racial.
Ensino Fundamental Anos Iniciais	245 professores	8 horas	Desconstrução de preconceitos pessoais e institucionais: autoavaliação de preconceitos inconscientes, vieses pessoais e análise crítica das práticas educacionais que perpetuam desigualdades raciais.
Ensino Fundamental Anos Finais	187 professores	4 horas	Branquitude e racismo: desnaturalizando o racismo e a noção de democracia racial nas escolas.
Ensino Médio	161 professores	4 horas	Como ser um educador antirracista?

Fonte: Formulário elaborado pelos autores, 2024.

O *Circuito de Formação Antirracista* foi organizado para acontecer no espaço das próprias unidades escolares, em grupos de três escolas, conforme ilustrado no Quadro 1.

Para impactar a realidade dos estudantes de forma duradoura e contínua, é preciso alcançar os professores e o caminho para que isso aconteça é a formação continuada. É preciso superar a barreira dos preconceitos intrínsecos e reconhecê-los. As formações foram estrategicamente pensadas para não apenas apresentar fundamentos teóricos e metodológicos de enfrentamento ao racismo, mas também como forma de sensibilizar e mobilizar o professor para importância de abordar a temática étnico-racial constantemente e de diferentes formas em sua prática pedagógica.

Cabe destacar ainda que esse projeto não prevê ações apenas para professores, mas as ações iniciais foram pensadas para que estes profissionais fossem motivados e engajados na temática. Ao realizar o *I Fórum de Educação Antirracista*, com o compartilhamento de diferentes ações por profissionais que ocupam desde a sala de aula até a gestão escolar de diferentes etapas, por exemplo, demonstra que é possível realizar um trabalho de combate ao racismo e de valorização da cultura afro-brasileira para além do mês de novembro e a tradicional Semana da Consciência Negra. Já o Circuito foi pensado para que o educador continuasse a refletir de maneira mais aprofundada a respeito do tema.

A construção de ambiente escolar seguro, acolhedor e diverso converge na mudança de paradigma de que o professor não é capaz de interferir numa prática

reprovável como é a discriminação racial. Ao contrário, instrumentalizar o professor para enfrentamento ao racismo dentro de sua prática pedagógica é parte do caminho para uma Educação Antirracista. Por isso, a promoção do *Circuito de Formação Antirracista* foi uma etapa crucial do projeto, pois as formações ofereceram repertório teórico para estudos posteriores, letramento racial básico e ainda favoreceram a troca de experiências entre docentes.

Das avaliações realizadas durante o Circuito Formativo, cerca de 64% dos professores participantes consideraram a formação muito importante para sua prática docente, 77% dos professores consideraram que adquiriram novos conhecimentos a partir da formação em que participou, sendo que 73% acreditam que as formações foram capazes de garantir um conhecimento mínimo para aplicação da Lei nº 10.639/2003.

Essas avaliações positivas demonstram que iniciar o projeto incentivando e valorizando práticas pedagógicas que promovam a diversidade garantiu que os professores se sentissem pertencentes ao processo de construção de uma Educação Antirracista. Além disso, ofertar formações que possibilitam conhecimento de conceitos, reflexões para planejamento de aulas permite ao professor mais segurança e propriedade em aplicar a Lei nº 10.639/2003 e, ainda que de forma ousada, afirmar que as ações pedagógicas, mesmo que continuem concentradas somente em novembro, serão ressignificadas. De modo que uma prática pedagógica não seja mais o meio de reprodução do preconceito insistente e, por vezes, opressivo.

O *Circuito de Formação Antirracista* permitiu promover a reflexão do quanto uma prática pedagógica impensada pode ser instrumento de reprodução dos preconceitos e violências que crianças e adolescentes negros já sofrem na sociedade. Foi interessante observar que professores e professoras se perceberam no lugar de peças inconscientes do racismo, promovendo o debate, que não apenas vitimiza, mas demonstra que toda a estrutura histórica e social considera a educação como um ponto fundamental para romper o que ainda insiste em fazer parte das relações sociais.

I Fórum de Educação Antirracista do CRE Recanto das Emas para gestores

Após a conclusão do *Circuito de Formação Antirracista*, o projeto avançou para uma etapa voltada à conscientização e instrumentalização dos gestores escolares. A partir de situações concretas ocorridas na comunidade escolar, buscou-se junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) a elaboração de um protocolo de medidas que poderiam ser adotadas para situações de injúria racial e racismo nas escolas. A Diretoria de Serviços de Apoio à Aprendizagem, Direitos Humanos e Diversidade (DSADHD) informou estar em tratativas com o Ministério Público do Distrito Federal para a construção desse protocolo, evidenciando o compromisso da gestão pública em atender às demandas educacionais. Conforme afirma Freire (1996), uma educação transformadora exige que o contexto social dos educandos seja considerado nas práticas escolares, possibilitando que questões estruturais como o racismo sejam enfrentadas de forma crítica e dialógica.

Diante da necessidade de respostas imediatas, foi planejado o *Fórum de Educação Antirracista* para gestores escolares da regional. Esse evento teve como foco as equipes gestoras das unidades escolares e as instituições parceiras, reunindo representantes de diversos setores para contribuírem com sugestões fundamentadas na legislação, ética e compromisso com o combate ao racismo. Como argumenta Freire (1996), o diálogo é central para a construção de uma pedagogia que valorize a autonomia dos sujeitos e o enfrentamento das opressões. Gomes (2003) complementa que a transformação do ambiente escolar em um espaço democrático exige o envolvimento de diversos atores sociais, articulados para promover a equidade racial.

O Fórum teve como objetivo principal oferecer orientações de medidas de enfrentamento às práticas racistas nos ambientes escolares do Recanto das Emas. Participaram do evento representantes de instituições como a SUBIN, Conselho Tutelar, Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial e Intolerância Religiosa (DECRIN), Ordem dos Advogados do Brasil – Seção

Distrito Federal (OAB-DF), Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), o Delegado da 27ª Delegacia de Polícia e o Batalhão Escolar. O formato do evento foi uma roda de conversa mediada, na qual os participantes puderam expor situações reais, questionar e serem questionados. Para Freire (2019), a roda de conversa é um espaço pedagógico que permite a troca horizontal de saberes, promovendo a conscientização coletiva e o fortalecimento das práticas emancipatórias.

Além de ser uma resposta imediata, o evento foi planejado como uma ferramenta preventiva contra violências e desigualdades. Ele propõe diretrizes claras para identificar e lidar com situações de racismo e discriminação de forma adequada e legal, fortalecendo o ambiente escolar ao torná-lo mais acolhedor e seguro. De acordo com Munanga (2020), a efetivação de políticas públicas antirracistas manifesta-se na criação de mecanismos que garantam proteção às vítimas e engajem a comunidade escolar em práticas que valorizem a diversidade e combatam preconceitos. Freire (2001) destaca que uma prática educativa voltada à justiça social deve não apenas responder às demandas imediatas, mas também propor caminhos para a transformação estrutural das relações opressoras, promovendo uma cultura de respeito e solidariedade.

O evento contribui para o fortalecimento da educação antirracista ao promover valores como respeito, diversidade e empatia, pilares para a construção de uma sociedade mais justa. Carneiro (2005) ressalta que a educação antirracista deve ir além do combate às práticas discriminatórias pontuais, sendo necessária a transformação de toda a estrutura educacional para romper com as desigualdades históricas que permeiam as relações sociais no Brasil.

Considerações finais

O projeto *Educação Antirracista o Ano Todo* demonstra ser uma iniciativa inovadora e essencial para o enfrentamento das desigualdades raciais na educação brasileira. Baseando-se em leis e princípios pedagógicos sólidos, como a referida Lei nº 10.639/2003 e os conceitos de Paulo Freire, o projeto oferece um modelo viável para a integração de práticas antirracistas na rotina escolar. Apesar dos desafios enfrentados, como a resistência institucional e a falta de preparo docente, os resultados mostram que é possível mobilizar educadores e gestores para uma educação mais inclusiva e equitativa.

As ações realizadas, especialmente o *Circuito de Formação Antirracista* e os fóruns, evidenciam o impacto positivo da formação continuada dos profissionais da Educação e do diálogo interinstitucional na construção de um ambiente escolar acolhedor e diverso. Ao mesmo tempo, o projeto aponta a necessidade de políticas

públicas consistentes que garantam a continuidade e a ampliação dessas iniciativas. A reflexão constante sobre a prática pedagógica, alinhada ao combate ao racismo estrutural, é um caminho indispensável para promover

mudanças significativas na sociedade. Portanto, o projeto não apenas alcança seus objetivos imediatos, mas também abre caminhos para futuras ações que consolidem uma educação efetivamente antirracista. ■

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Racismo, classe e gênero**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 34-58.
- CODEPLAN. **Perfil socioeconômico do Recanto das Emas – 2021**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **Pluralismo étnico e cultural: desafios para a educação**. Brasília: MEC, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: reflexões e desafios para a prática pedagógica**. 7ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- KLEIN, Lúcia. **Educação e identidade: a formação de uma consciência antirracista**. São Paulo: Cortez, 2015.
- LÜCK, Heloísa. **Avaliação da aprendizagem escolar: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, p. 124-194, 2020.
- OLIVEIRA, I. B.; CANDAU, V. M. Formação de professores e culturas: diálogos necessários. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 375-390, 2010.
- SCHUCMAN, Lia Vainer; MELLO, Joselina da Silva. **Relações raciais na escola: desafios e possibilidades para a educação básica**. São Paulo: Cortez, 2020.
- SILVA, Maria Isabel da. **Reflexões sobre o currículo e a prática pedagógica: formação de professores e identidade docente**. Campinas: Papyrus, 2016.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.